

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Renegociação global

Os fatos indicam que, afinal, estamos marchando para uma renegociação global de nossa dívida externa, sem recorrer à moratória unilateral ou ao repúdio da dívida, conforme algumas propostas radicais que povoam o ambiente político com objetivos conhecidos. A presença do ministro do Planejamento em Paris, para conversar com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional — FMI — Jacques de Larosiere, e o simultâneo envio de uma carta do ministro da Fazenda ao presidente do Clube de Paris, manifestando o interesse brasileiro em renegociar a dívida com bancos oficiais e outras instituições governamentais européias, são duas iniciativas convergentes para o objetivo maior da renegociação.

Evidentemente, o “sinal verde” do FMI ao programa de ajustamento da economia, recentemente negociado a nível técnico, permitirá a imediata abertura das negociações com o sistema bancário internacional, em torno do que se convencionou chamar de segunda fase do programa de suprimento de crédito externo ao Brasil, de tal forma que, no final de outubro, quando o “board” do FMI tiver aprovado em definitivo o acordo com o Brasil, o ajuste com os bancos estará também definido. Solucionados esses dois problemas básicos, estaremos em condições de discutir, de forma concreta, a renegociação no âmbito do Clube de Paris.

É importante ter em conta que a renegociação, além de global, ou seja, abrangendo todos os débitos brasileiros, inclusive junto às instituições governamentais européias e japonesas, deve ser, ao mesmo tempo, suficientemente flexível para retirar o País do sufoco da iliquidez de curto prazo e dar-lhe folga para reagrupar suas forças e voltar a pagar o que deve pelo menos a partir de 1985. Nesse sentido, é válida a proposta de uma renegociação do vencido e do vincendo, para um novo prazo de oito anos, com três de carência, tal como está sendo articulado pelo Governo, conforme anunciou o ministro da Fazenda.

Continuar pagando os juros da dívida não é apenas uma providência destinada a facilitar as negociações com os banqueiros. Interessa também ao Brasil, na medida em que apenas a amortização do principal é jogada para a frente. Como a intenção do Governo, conforme manifestação dos ministros, é reduzir ao mínimo o crescimento da dívida, através de uma menor requisição de crédito externo, teremos, com o pagamento dos juros, uma dívida praticamente estável, o que permitirá ao País programar de forma mais tranqüila o seu pagamento.

Continua, no entanto, a questão do custo social do ajustamento, colocada como fundamental ao êxito dos acordos ora em negociação. É imprescindível — repetimos — que as autoridades brasileiras aproveitem as manifestações de preocupação do mundo financeiro e político com a situação da sociedade brasileira, posta diante de um programa doloroso de estabilização econômica, para obter dos nossos credores o máximo de vantagem, e também saber impor as nossas exigências.